



# PROTOCOLO DA CULTURA VIVA

## PARA SITUAÇÕES DE CATÁSTROFES NATURAIS, CLIMÁTICAS E PANDÊMICAS

Resgate da memória

# 'S.O.S Cultura' nas tragédias

Martha Neiva Moreira  
martha.moreira@oglobo.com.br

Em meio à calamidade que se abateu sobre a Região Serrana, quando uma enxurrada matou mais de 900 pessoas em janeiro e deixou centenas de famílias desabrigadas, grupos de promotores de cultura locais realizaram uma série de atividades com crianças e adultos das cidades afetadas para tentar minimizar os efeitos da tragédia. Seis meses depois, eles se organizaram para exigir dos órgãos de governo uma espécie de "Protocolo da cultura" para desastres naturais. A ideia é criar um modelo de conduta das instituições culturais para atuar em caso de calamidade, parecido com o que já existe na área de educação, que prevê que instituições de ensino devem ser usadas como abrigo; ou na área da saúde, cuja responsabilidade é criar campanhas; ou assistência social, que provê alimentos quando catástrofes acontecem.

A iniciativa se fortaleceu no final do mês passado, quando coordenadores dos 27 Pontos de Cultura Rural, de 16 municípios da Região Serrana, se reuniram em São Pedro da Serra e Lumiar com representantes de ONGs e membros do Ministério e da secretaria de Estado de Cultura. Eles promoveram o seminário "Micro Tela - Fórum dos Pontos de Cultura da Região Serrana" para debater duas questões principais: Como os grupos culturais e artísticos devem se portar em situações de crise? E o que podem oferecer para promover a recuperação social de áreas afetadas por catástrofes naturais?

O que podem oferecer, na verdade, os coordenadores dos Pontos de Cultura já parecem



CORTEJO em São Pedro da Serra, dia 24 de julho, para chamar atenção do estado



CRINÇAS BRINCAM no ponto de cultura Agente Escola Viva

saber, pois trabalharam intensamente com a população afetada no momento da tragédia, realizando oficinas de música, teatro, dança, artes plásticas, fotografia, entre outras. O que falta, agora, é organizar um documento relatando as experiências e enumerando as necessidades para dar continuidade aos projetos e enviá-lo aos órgãos de cultura.

— Entendemos que a reconstrução da região não passa apenas pela construção de estradas, rodovias, casas e edifícios públicos, mas também pela re-

construção dos sonhos e esperança dos que foram diretamente afetados pela chuva — disse Marjorie Botelho, do Instituto de Imagem e Cidadania/Ponto de Cultura Rural Sobrado Cultural, e representante do Fórum dos Pontos de Cultura da Região Serrana.

Na prática, isso quer dizer prever estratégias para resgatar, por exemplo, a memória material e imaterial do que foi perdido. Ou poder contar com equipamentos itinerantes para realizar espetáculos pelas cidades serranas, entre outras.

— Perdemos aqui várias histórias de vida, perdemos casas centenárias, equipamentos culturais. Essa história precisa ser reconstruída de alguma forma para dar perspectiva às pessoas. Além disso, a cultura pode ajudar a trabalhar os sentimentos e a emoção da população afetada. O Protocolo vai justamente nortear esses trabalhos — completou.

O resultado do seminário foi a criação de um comitê para elaborar o Protocolo com membros das organizações culturais da região, governo e do Fórum de Gestores dos municípios serranos. A ideia, segundo Marjorie, é que até o final do ano o documento esteja pronto, já com estimativa de gasto em projetos e equipamentos necessários.

A Secretaria de Estado de Cultura, que enviou representante ao seminário, informou, via assessoria, que o Protocolo é uma ferramenta importante para integrar as ações culturais da região e vai avaliar o documento quando estiver pronto.

## Razões para apostar na arte

1. Atividades artístico-culturais auxiliam no processo de atendimento psicopedagógico de crianças nos abrigos;

2. A atividade cultural agrupa as pessoas, aproxima desconhecidos e promove valores humanos;

3. Atividades narrativas, com letras de música, histórias orais ou lindas ajudam a resgatar a identidade de uma população que perdeu sua memória, no período pós-catastrofe;

4. A pintura, a poesia e demais artes auto-expressivas possuem relevante caráter terapêutico, e podem ajudar a superar traumas;

5. A fruição estética promovida pelas artes estimula no espectador noções como ordenamento, superação, beleza, sentido para a vida — qualidades que podem ter sido abaladas diante da tragédia;

6. O aprendizado de novos conceitos e valores se dá de maneira mais efetiva quando há envolvimento emocional, e a arte proporciona esta emoção;

7. Palhaços, contadores de histórias e brincantes podem estimular crianças a verbalizarem os sentimentos

Fonte: Pontos de Cultura da Região Serrana

## 1º DOCUMENTO ORIENTADOR

Campanha Nacional "Protocolo da Cultura Viva para Situações de Catástrofes Naturais, Climáticas e Pandêmicas"

### 1. APRESENTAÇÃO

O Protocolo da Cultura Viva para Situações de Catástrofes Naturais, Climáticas e Pandêmicas nasce da necessidade de reconhecer e fortalecer o papel das organizações culturais, especialmente aquelas vinculadas à Rede Cultura Viva, em situações de emergência e crise socioambiental. A campanha é uma iniciativa da Rede Nacional de Pontos de Cultura e Memória Rurais, do Pontão de Cultura Territórios Rurais e Cultura Alimentar e do Ministério da Cultura (MinC). A iniciativa tem como objetivo central mobilizar, fomentar e contribuir para a construção coletiva de um Protocolo da Cultura que integre a dimensão cultural às políticas públicas de emergência e adaptação climática.

Trata-se de uma campanha de articulação e incidência política, que busca envolver a Rede Cultura Viva na formulação de diretrizes que reconheçam a cultura como dimensão essencial de cuidado, prevenção, resiliência e reconstrução diante de catástrofes ambientais e humanitárias.

A campanha se ancora também nas diretrizes do Pontão Nacional Territórios Rurais e Cultura Alimentar, apresentado no âmbito da Política Nacional de Cultura Viva, especialmente no eixo de produção e difusão de conteúdos estruturantes, que prevê temas como soberania alimentar, combate à fome, identidade cultural, segurança hídrica, agroecologia e justiça climática. Essas ações estão articuladas com o objetivo de ampliar a capacidade de resposta cultural às catástrofes e emergências climáticas.



A cultura, entendida como força viva dos territórios, tem papel estratégico na reconstrução simbólica, na educação ambiental, na escuta das comunidades e na articulação intersetorial que promova o cuidado e a proteção da vida e do patrimônio cultural material e imaterial. É com base nesse entendimento que a campanha se propõe a subsidiar o Ministério da Cultura na construção de um Protocolo da Cultura, com base em vivências concretas dos Pontos de Cultura e de suas redes territoriais e temáticas.

## 2. CONTEXTO E ORIGEM DA PROPOSTA

A campanha tem origem nas experiências vividas por Pontos de Cultura, em especial os Pontos de Cultura Rurais, durante a tragédia climática ocorrida na região serrana do estado do Rio de Janeiro, em janeiro de 2011. Na ocasião, mais de 900 pessoas perderam a vida em deslizamentos e inundações causadas por chuvas intensas. Em resposta imediata à calamidade, organizações e coletivos culturais da Rede Cultura Viva atuaram na linha de frente da assistência humanitária e da reconstrução social, por meio do acolhimento comunitário, distribuição de alimentos, roupas e insumos, comunicação solidária, atividades artísticas e fortalecimento de redes locais.

Esse contexto revelou o papel estratégico da cultura em situações de crise, funcionando como agente de mobilização social, cuidado coletivo, reconstrução simbólica e emocional dos territórios atingidos. A mobilização foi tão significativa que passou a ser reconhecida como o início do debate sobre um “Protocolo da Cultura”, ou seja, uma estrutura que pudesse sistematizar e fortalecer a atuação cultural em contextos de emergência.

Desde então, esse debate vem sendo cultivado e ampliado por diversas experiências em territórios rurais, urbanos, periféricos, quilombolas e indígenas. A cada nova tragédia ambiental ou crise sanitária — como enchentes, secas prolongadas, queimadas, pandemias, rompimentos de barragens, deslizamentos de terra e colapsos ecológicos — os Pontos de Cultura e coletivos culturais locais têm demonstrado, na prática, a força da cultura como eixo estruturante de cuidado, solidariedade e reconstrução comunitária.



CRISE CLIMÁTICA DE 2011  
NA REGIÃO SERRANA DO RIO DE JANEIRO  
FOTO: DIVULGAÇÃO

Ao longo da última década, diferentes crises reforçaram esse papel. A pandemia de COVID-19 evidenciou a atuação das organizações culturais na distribuição de alimentos, máscaras e medicamentos, no acolhimento emocional e na produção de conteúdo educativo. As enchentes históricas que atingiram o Rio Grande do Sul, entre 2023 e 2024, mobilizaram Pontos de Cultura e coletivos locais, que estiveram na linha de frente da solidariedade. Já episódios como os rompimentos de barragens em Mariana (2015) e Brumadinho (2019), assim como os impactos prolongados de secas e queimadas no Nordeste e na Amazônia, confirmaram a cultura como prática humanitária e instrumento de reconstrução de vínculos, identidades e esperanças.

Essas experiências abrangem desde a criação de pontos de apoio comunitário e mutirões para doação de alimentos, água, roupas e medicamentos, até atividades artísticas voltadas ao acolhimento emocional de crianças e idosos. Incluem ainda a produção de conteúdo informativo acessível, o fortalecimento da comunicação comunitária por meio de rádios locais e redes sociais, e o mapeamento de bens materiais e imateriais. Todas essas ações partem da escuta e do enraizamento territorial, revelando a potência da cultura como agente de solidariedade e reconstrução.

A intensificação das mudanças climáticas globais tem agravado esses desastres, provocando impactos profundos não apenas na infraestrutura material dos territórios, mas também nas dimensões simbólicas e imateriais: memórias coletivas, modos de vida, rituais, celebrações e vínculos comunitários são afetados ou interrompidos. A cultura, nesse contexto, revela-se uma ferramenta essencial de resiliência social, capaz de gerar pertencimento, reconstruir laços e fortalecer a ação coletiva.

O acúmulo dessas vivências demonstrou a urgência de se avançar institucionalmente e a criação de um Protocolo da Cultura Viva tornou-se uma necessidade concreta. O objetivo é garantir que as ações culturais em contextos de emergência sejam reconhecidas, valorizadas e incorporadas às políticas públicas, especialmente às estratégias nacionais de gestão de riscos e adaptação climática.



AÇÃO HUMANITÁRIA DURANTE CRISE CLIMÁTICA  
(ASSOCIAÇÃO CANTALOMBA - RS)

O Protocolo da Cultura Viva busca integrar a dimensão cultural às políticas de resposta e reconstrução, promovendo condições estruturais para que os Pontos de Cultura e organizações culturais atuem com maior efetividade, segurança e reconhecimento. Isso inclui diretrizes, apoio institucional, recursos adequados e redes fortalecidas, capazes de agir em todos os momentos da crise: na prevenção, na resposta emergencial, no cuidado durante e na reconstrução pós-catástrofe.

A campanha visa justamente mobilizar e sistematizar essas experiências, subsidiando o Ministério da Cultura e demais instâncias públicas para a construção de um Protocolo nacional. Essa proposta nasce das práticas concretas das comunidades, sendo uma contribuição direta da Rede Nacional de Pontos de Cultura e Memória Rurais, com base em mais de uma década de vivências e aprendizados frente às catástrofes que têm marcado o país.

### 3. OBJETIVOS GERAIS

A campanha tem como objetivo geral subsidiar o Ministério da Cultura na elaboração de um Protocolo da Cultura Viva, com base nas experiências, práticas e aprendizados das organizações e coletivos culturais da Rede Cultura Viva, especialmente dos Pontos de Cultura e Memória Rurais.

A proposta busca fortalecer essa rede como um sistema territorial de proteção e cuidado diante dos desafios impostos pelas crises climáticas, sanitárias e socioambientais, ampliando sua capacidade de atuação, articulação e reconhecimento institucional como agente fundamental em contextos de emergência.



CRISE CLIMÁTICA DE 2011

NA REGIÃO SERRANA DO RIO DE JANEIRO

FOTO: MARCOS DE PAULA - AGÊNCIA ESTADO

## 4. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Dar visibilidade e sistematizar as ações culturais desenvolvidas em contextos de emergência, como referência para a formulação de políticas públicas no âmbito da Política Nacional de Cultura Viva.
- Fortalecer a Rede Cultura Viva como infraestrutura social, comunitária e simbólica de resposta e resistência frente às crises ambientais e humanitárias.
- Contribuir com diretrizes e recomendações concretas para subsidiar o Ministério da Cultura na construção de um Protocolo da Cultura Viva nacionalmente reconhecido.
- Sinalizar a necessidade de adaptação física e institucional dos espaços e equipamentos culturais e a formação técnica no uso de equipamentos essenciais diante de emergências recorrentes.
- Aprofundar o entendimento da cultura como dimensão indissociável do meio ambiente, reconhecendo saberes, práticas e expressões culturais como aliados da justiça ambiental e climática.
- Reafirmar a cultura como eixo estratégico, simbólico e humanitário na prevenção, resposta e reconstrução diante de catástrofes naturais, climáticas e pandêmicas, considerando as dimensões materiais e imateriais da vida nos territórios.



AÇÃO DE ACOLHIMENTO COM ARTETERAPIA  
(ASSOCIAÇÃO CANTALOMBA - RS)

## 5. EIXOS ESTRUTURANTES DO PROTOCOLO DA CULTURA VIVA

O Protocolo da Cultura Viva organiza sua atuação em três eixos complementares — Prevenção, Ação Durante a Crise e Pós-Impacto — que garantem que a cultura seja um instrumento de cuidado, resiliência e reconstrução comunitária em situações de emergência. Segue abaixo algumas contribuições sistematizadas até o presente momento.

### 1. Prevenção

Fortalecer os Pontos de Cultura como referências comunitárias, preparados para atuar antes que a crise se instale.

- Mapeamento afetivo: identificação de espaços, tradições e símbolos com valor emocional para a comunidade.
- Formação continuada: primeiros socorros, acolhimento comunitário, rádios comunicadores, redes sociais e brigadas de incêndio, entre outros.
- Infraestrutura comunitária: cozinhas coletivas, espaços para armazenamento e alojamento, autonomia energética (geradores, energia solar) e conectividade (GESAC, rádio PX).
- Educação e comunicação preventiva: uso de expressões culturais e meios comunitários para sensibilização e informação.

### 2. Ação Durante a Crise

- Atuação imediata no momento da crise, com foco no acolhimento humano e comunitário.
- Abrigos culturais: espaços de confiança para acolhimento emergencial.
- Apoio logístico: organização e distribuição de alimentos, água e insumos.
- Comunicação confiável: rádios comunitárias e redes digitais para orientar a população e combater desinformação.
- Atividades culturais: música, teatro, leitura e oficinas como apoio emocional e fortalecimento de vínculos.
- Escuta comunitária: sistematização das demandas locais para reforçar a solidariedade.



AÇÃO AMBIENTAL NA PRAIA DE SÃO PEDRO  
(IEMA E PROJETO REENTRÂNCIAS - MA)

### 3. Pós-Impacto

- Reconstrução das comunidades após a fase crítica, preservando laços e memórias.
- Acolhimento cultural continuado: atividades artísticas que apoiam o luto e a retomada da vida comunitária.
- Reconstrução da memória: registros orais, fotográficos e artísticos das experiências vividas.
- Valorização comunitária: estímulo às práticas culturais locais, festas e tradições.
- Apoio psicossocial: uso da arte como cuidado e bem-estar, especialmente para grupos vulneráveis.
- Resiliência cultural: fortalecimento da cultura como base de pertencimento e solidariedade para futuros desafios.



AÇÃO HUMANITÁRIA E DE SEGURANÇA ALIMENTAR  
(INSTITUTO MARIA CONGA - PR)

## 6. AÇÕES PREVISTAS NA CAMPANHA

As ações da campanha "Protocolo da Cultura Viva para Situações de Catástrofes Naturais, Climáticas e Pandêmicas" foram concebidas com base nas diretrizes do Pontão Nacional Territórios Rurais e Cultura Alimentar. Essas atividades visam mobilizar os Pontos de Cultura, especialmente aqueles situados em comunidades rurais e que atuam com cultura alimentar e gestão territorial, para sistematizar experiências e produzir conteúdos de referência que contribuam diretamente com a construção coletiva de um Protocolo da Cultura.

### 1. Seminário Oficina

Mobilização de organizações e coletivos culturais para levantamento, organização e análise de vivências de Pontos de Cultura e coletivos culturais que atuaram em situações de crise (enchentes, secas, pandemias, queimadas, entre outras), com foco na produção de conhecimento territorial, especialmente nos contextos rurais.

### 2. Encontro com MINC e Parceiros

Encontro com representantes da Rede Cultura Viva para apresentação da proposta do Protocolo da Cultura Viva com gestores públicos e convidad@s.

### 3. Campanha nacional de comunicação

Ações voltadas à valorização da cultura como eixo de cuidado, resiliência e reconstrução em situações de emergência, com a produção de peças gráficas e vídeos para divulgação nas redes sociais e plataformas digitais da campanha.

### 4. Proposição de diretrizes e recomendações

Sistematização dos resultados da campanha em um documento técnico e político, a ser entregue ao Ministério da Cultura como subsídio à construção oficial do Protocolo da Cultura Viva.



AÇÃO DE SEGURANÇA ALIMENTAR NA PANDEMIA  
(REDE TUCUM - CE)

## 6. COMO AS ORGANIZAÇÕES PARCEIRAS PODEM CONTRIBUIR

A participação das organizações parceiras é essencial para que a campanha reflita a diversidade, a realidade e a potência das práticas culturais nos territórios. Contribua de forma ativa nas seguintes frentes:

- Compartilhando suas experiências em situações de catástrofes, especialmente aquelas vividas em comunidades do campo, da floresta e das águas, por meio do envio de fotos, vídeos e registros visuais de suas ações e vivências;
- Participando das reuniões do Protocolo da Cultura, para garantir que o processo seja construído de forma coletiva e colaborativa;
- Apoiando na produção de conteúdo, especialmente por meio do envio de pequenos textos e vídeos curtos para divulgação nas redes sociais da campanha;
- Enviando a logomarca para integrar as peças de comunicação e sensibilização da campanha, fortalecendo sua representatividade e identidade coletiva;
- Mobilizando suas redes locais e digitais para o debate, divulgando a campanha em suas redes sociais, sites e grupos, incentivando o engajamento e a troca de experiências entre os territórios;
- Participando da construção e validação das recomendações finais, incluindo a presença em seminários, oficinas e no processo de elaboração dos documentos que serão encaminhados ao Ministério da Cultura.



CRISE CLIMÁTICA DE 2011

NA REGIÃO SERRANA DO RIO DE JANEIRO

FOTO: G1



Rede Nacional  
Escolas Livres  
de Formação  
em Arte e Cultura

MINISTÉRIO DA  
CULTURA

GOVERNO DO  
BRASIL  
DO LADO DO Povo BRASILEIRO

## ORGANIZAÇÃO



## COMITÊ GESTOR



## COMITÊ PROTOCOLO



## PARCEIROS

